



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0008153/2024-51

**PORTARIA Nº 335/2024
DE 06 DE FEVEREIRO DE 2024**

Designa Membros do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990, e

Considerando a publicação da Resolução nº 171, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 27 de junho de 2017, que instituiu a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP);

Considerando a necessidade de alinhar as ações de Tecnologia da Informação aos objetivos estratégicos da Instituição;

Considerando as condutas descritas nos manuais de boas práticas de governança da Tecnologia da Informação, especialmente o COBIT 4.1, PO4.2 - Comitê Estratégico de TI;

Considerando que a Resolução nº 171/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em seu art. 13, *caput*, estabelece o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) como a instância de governança de Tecnologia da Informação (TI) nas unidades e nos ramos do Ministério Público;

Considerando a edição da Portaria nº 2.492/2018-PGJ, que instituiu, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, a Política de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação (PGTI/MPSE), e em seu art. art. 10, inciso I, estabeleceu o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, como um dos núcleos institucionais responsáveis pela operacionalização da Política de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação;

Considerando a necessidade de coordenação das ações de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos do Ministério Público de Sergipe;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0008153/2024-51

Considerando o disposto na Portaria nº 2.524/2018, da lavra desta Procuradoria-Geral de Justiça, que estabelece a composição do “Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI”;

Considerando a indicação do Conselho Superior do Ministério Público, na 3ª Reunião Ordinária de 2023, realizada no dia 16 de fevereiro de 2023, de Membro para o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, na forma do art. 3º, II, da Portaria nº 2.524/2018;

Considerando, por fim, a indicação de Membro por esta Procuradoria-Geral de Justiça, conforme disposto no art. 3º, I, da Portaria nº 2.524/2018;

RESOLVE

Art. 1º O Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, será composto pelos seguintes integrantes:

- I** – Promotor de Justiça Doutor **Anderson Viana Souza**, Membro indicado pelo Procurador-Geral de Justiça;
- II** – Promotor de Justiça Doutor **Sandro Luiz da Costa**, Membro indicado pelo Conselho Superior do Ministério Público;
- III** – Promotor de Justiça Doutor **Alexandro Sampaio Santana**, Membro indicado pela Corregedoria-Geral;
- IV** – Promotor de Justiça Doutor **Augusto César Leite de Resende**, Membro indicado pela Coordenadoria-Geral;
- V** – Promotor de Justiça Doutor **Nilzir Soares Vieira Junior**, Secretário-Geral;
- VI** – Promotor de Justiça Doutor **Flaviano Almeida Santos**, Diretor do Gabinete de Segurança Institucional – GSI;
- VII** – **Alexandre Andrade de Souza**, Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC.

Parágrafo único. O Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI será presidido pelo Membro indicado pelo Procurador-Geral de Justiça e será secretariado pelo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0008153/2024-51

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC.

Art. 2º Ao Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI compete assessorar a Procuradoria-Geral de Justiça em assuntos relativos à definição de diretrizes, estratégias e prioridades informacionais, conforme Portaria nº 2.524/2018, datada de 08 de novembro de 2018, da lavra desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 449/2023, de 16 de fevereiro de 2023.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

MANOEL CABRAL MACHADO NETO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Expediente assinado eletronicamente por **Manoel Cabral Machado Neto***, em 06/02/2024 12:29:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.



A validade deste documento pode ser conferida no site
<https://sistemas.mpse.mp.br/mpse/Administrativo/publico.html#/Expediente/ConsultaPublica> informando o número do expediente: **20.27.0229.0008153/2024-51**.